



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**Relatório INSP-2020-0086**  
**BI-2019-0075**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 14/06/2019      **Hora:** 9:30      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** Paulo M. Pires

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito do plano de atividades a Operadores de Gestão de Resíduos.

A inspeção foi realizada em simultâneo com a inspeção realizada no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador.

O operador fez-se representar na inspeção pelo Eng.º José Paiva, administrador da empresa, pelo Eng.º Alfredo Oliveira, diretor do parque, pela Eng.ª Marta Travassos, responsável dos sistemas AQS e pela Dr. Carla Coutinho, gestora de segurança.

Foi realizada uma visita às instalações, foram solicitados esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente recolha, controlo, separação, armazenamento e encaminhamento de resíduos, entre outras obrigações ambientais.

Foram verificadas as condições a que ficam submetidas as operações de gestão de resíduos descritas no ponto 3 do alvará de licença nº 23/DRA/2009, de 23 de janeiro de 2015.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Bencom - Armazenagem e Comércio de Combustíveis, SA      **NIPC/NIF:** 512033838

**Sede/morada:** Largo Vasco Bensaúde, n.º 13

**Código Postal:** 9500-103      **Freguesia:** São Sebastião

**Concelho:** Ponta Delgada      **Ilha:** Ilha de São Miguel



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Parque de Armazenagem de Combustíveis - São Roque do Pico  
**Endereço:** Rua de Acesso ao porto Comercial, s/n  
**Código Postal:** 9940-238 **Freguesia:** Santo António  
**Concelho:** São Roque do Pico **Ilha:** Ilha do Pico  
**Atividade principal:** 46711 - Comércio por grosso de produtos petrolíferos  
**Outras atividades:** Operador de Gestão de Resíduos  
**Período de funcionamento:** Das 8 horas às 17 horas de 2.ª feira a 6.ª feira.  
**Licenciamento da atividade:** Licença de exploração n.º 09/2010; 2.ª Adenda ao Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 23/DRA/2009.



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O estabelecimento armazena produtos petrolíferos em oito tanques, e óleo usado e águas oleosas em dois tanques. Todos os tanques são de montagem aérea e instalados dentro de bacia de retenção.

O operador, além dos resíduos líquidos, pode receber 3 tipologias de resíduos sólidos, nomeadamente: 15 01 10\*-Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas, 15 02 02\*-Absorventes, materiais filtrantes panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas e 16 01 07\*-Filtros de óleo.

Segundo informação prestada pelo diretor do parque, no estabelecimento só são recebidos resíduos líquidos, sendo os resíduos 15 01 10\*-Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas, 15 02 02\*-Absorventes, materiais filtrantes panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas e 16 01 07\*-Filtros de óleo, armazenados nas instalações da Varela & C.ª, Lda.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	WC, balneários	ETAR compacta	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	----	----	----
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	As águas oleosas, provêm das bacias de retenção dos reservatórios, da ilha de enchimento e laboratório.	ETAO	Solo

#### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º AR/2017/14
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	Em fevereiro de 2018, foi comunicado à DRA a remodelação total do sistema de tratamento de água contaminada. Não era efetuada monitorização desde 2018, uma vez que a ETAO estava em remodelação.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Os resíduos líquidos são recolhidos mediante solicitação. Não é possível entregar resíduos diretamente no operador. Os resíduos são registados pela sede.

O operador recebe tipologias de resíduos sem serem líquidos que são armazenados nas instalações de outro OGR (Varela & C.ª, Lda.).

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	13 02 08* - 20,174 Ton.; 13 05 07* - <b>40,4 Ton.</b> ; 13 07 01* - 130,722 Ton.; 13 08 99* - <b>24,474 Ton.</b> ; 15 01 10* - 225 kg; 15 02 02* - 672 kg; 16 01 07* - 137 kg; 19 02 08* - <b>14,985 Ton.</b>	R13 e D15	Dados obtidos no SRIR 2018
<input type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos			
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos			

Os quantitativos geridos são muito superiores aos quantitativos licenciados (13 05 07\*-2,4 Ton.; 13 08 99\*-1,2 Ton. e 19 02 08\*-2,4 Ton.).



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.	132,44 Ton. de resíduos, corresponde a 56,89 % dos resíduos geridos.
Bencom-Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A.	38,61 Ton. de resíduos, corresponde a 16,58 % dos resíduos geridos.
J.H. Ornelas & C.ª, Sucessor, Lda.	12,86 Ton. de resíduos, corresponde a 5,52 % dos resíduos geridos.
Cofaco Açores-Indústria de Conservas, S.A.	9,20 Ton. de resíduos, corresponde a 3,95 % dos resíduos geridos.
Varela & C.ª, Lda. - Ecocentro Pico	9,0 Ton. de resíduos, corresponde a 3,87 % dos resíduos geridos.
TMC - Combustíveis - Comércio de Combustíveis, Lda.	5,5 Ton. de resíduos, corresponde a 2,36 % dos resíduos geridos.
SATA Air Açores, S.A.	3,45 Ton. de resíduos, corresponde a 1,48 % dos resíduos geridos.
Carlos Alberto Gonçalves da Silva & Filho, Lda.	3,29 Ton. de resíduos, corresponde a 1,41 % dos resíduos geridos.
Manuel Alvernaz Bettencourt	3,19 Ton. de resíduos, corresponde a 1,37 % dos resíduos geridos.
Terauto - Sociedade Terceirense de Automóveis, Lda.	3,02 Ton. de resíduos, corresponde a 1,30 % dos resíduos geridos.

### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
13 02 08*	Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação.	18,82 Ton.	Carmona, Soc. de Limpezas e Tratamento de Combustíveis, S.A.
13 05 07*	Água com óleo proveniente dos separadores óleo/água.	44,56 Ton.	SISAV- Sistema Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.
13 07 01*	Fuelóleo e gasóleo.	130,96 Ton.	
13 08 99*	Outros resíduos não anteriormente especificados.	24,0 Ton.	
15 01 10*	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas.	881 kg 85 kg	SISAV- Sistema Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. Becom - Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A. - Pico
15 02 02*	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas.	2,93 Ton.	SISAV- Sistema Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.
19 02 08*	Resíduos combustíveis líquidos contendo substâncias perigosas.	21,69 Ton. 1,3 Ton.	SISAV- Sistema Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. Bencom - Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A. - Pico

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Os resíduos sólidos, são armazenados em instalações afetas a outro operador (Varela & C.ª, Lda.), incluindo resíduo para o qual o OGR Varela, não está licenciado. (ex. 16 01 07* - filtros óleo) Esse local não tem sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Não aplicável	
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

**5.2.2 –** Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) <i>“As operações de gestão de resíduos a realizar contemplam unicamente a recolha e armazenamento temporário de resíduos, não existindo qualquer tratamento de resíduos que conduza à alteração do seu estado original”.</i>	Condição a) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	
b) <i>“Os tanques de armazenamento estão implementados numa bacia de retenção com capacidade adequada, podendo dar resposta a um eventual cenário de rotura total do sistema de contentorização. A drenagem da bacia é controlada por válvulas de descarga, sendo os efluentes conduzidos para o respetivo sistema de tratamento, correspondente ao separador de hidrocarbonetos”.</i>	Condição b) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	
c) <i>“As diversas tipologias de resíduos, sempre que verificada a sua compatibilidade, são armazenadas conjuntamente nos tanques”.</i>	Condição c) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) <i>"A expedição dos resíduos é efetuada com recurso a contentores cisterna homologadas IMO".</i>	Condição d) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	O alvará n.º 23/DRA/2009, refere que o operador realiza operações de gestão de resíduos líquidos, no entanto está licenciado para gerir resíduos sólidos (filtros de óleo, absorventes contaminados e embalagens contaminadas por resíduos perigosos), que não podem ser expedidos em contentores cisterna.
e) <i>"Existem estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se mantém fechado fora das horas de funcionamento".</i>	Condição e) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	
f) <i>"Existe um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação".</i>	Condição f) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Não cumprido	Não existe painel com informação sobre o operador.
g) <i>"Está disponível um sistema de pesagem com báscula, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos".</i>	Condição g) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Não cumprido	No estabelecimento não existe báscula. Neste estabelecimento só são armazenados resíduos líquidos.
h) <i>"Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos".</i>	Condição h) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	
i) <i>"A instalação está equipada com equipamentos de combate a incêndios. Todos os extintores existentes estão validados, e estão instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética".</i>	Condição i) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	Os extintores não foram todos verificados.
j) <i>"Todas as áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores"</i>	Condição j) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Não cumprido	As áreas de gestão não estão delimitadas por tipologias de resíduos, nem identificadas por tipologia de operação.
k) <i>"As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações estão delimitadas e identificadas"</i>	Condição k) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Não aplicável	
l) <i>"Os resíduos perigosos líquidos são armazenados em contentores estanques de parede dupla ou em contentores/tanques com bacia de retenção, existindo no local equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo".</i>	Condição l) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	
m) <i>"Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER. Sempre que aplicável e no caso de a armazenagem ter duração superior a um mês, é mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor".</i>	Condição m) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Não cumprido	Contentores e tanques não estão identificados por código LER.
n) <i>"Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos são embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença".</i>	Condição n) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Não aplicável	Os resíduos sólidos geridos são armazenados na instalação de OGR Varela & C.ª, Lda.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>o)</b> “As instalações estão dotadas de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos e de decantadores e separadores de óleos e gorduras. A descarga de águas residuais está devidamente licenciada e a instalação tem disponível uma cópia do alvará”.	Condição o) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido parcialmente	Não existia cópia do alvará de utilização dos recursos hídricos na instalação.
<b>p)</b> “Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”.	Condição p) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	
<b>q)</b> “É mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos”.	Condição q) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	
<b>r)</b> “O transporte rodoviário de resíduos cumpre com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro e é acompanhado por guia devidamente preenchida”.	Condição r) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	
<b>s)</b> “Todos os técnicos intervenientes estão devidamente formados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em condições de segurança”.	Condição s) do nº 3 Da 2.ª Adenda ao Alvará 23/DRA/2009	Cumprido	

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Operador de trasfega	Gasolina
DU - Operador de trasfega	Jet A1
DU - Operador de trasfega	Gasóleo
DU - Operador de trasfega	Fuelóleo pesado

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>a)</b> Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	A responsabilidade pelo registo é do fabricante ou importador.
<b>b)</b> Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
<b>c)</b> Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	Não aplicável ao armazenamento de substâncias a granel.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	Responsabilidade do fornecedor.
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	Responsabilidade do fornecedor.
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	Utilização prevista nos cenários de exposição.
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Cumprido	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
Reservatórios de gasolinas	Difusa		

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>h)</b> Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	3 equipamentos	R-410A com 1,08 kg (2,25 TECO <sub>2</sub> ) cada.
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	----	
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	----	
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	----	

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

## 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
----			

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

#### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	----	
3 ≤ Carga < 30	----	
30 ≤ Carga < 300	----	
Carga ≥ 300	----	

#### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Sem recetores sensíveis na envolvente	Zona mista	Período diurno - 7h às 21h



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	Não foi realizada avaliação acústica.

## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Não cumprido	Não tem





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não aplicável	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não aplicável	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não aplicável	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

#### 9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

#### 2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Declaração (07-07-2011) a informar a constituição de um fundo próprio reservado para efeito de Responsabilidade Administrativa pela Prevenção e Reparação de Danos Ambientais.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) O incumprimento das normas de armazenagem de resíduos (conforme descrito no ponto 5.2.1 c)), em violação do disposto no artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- b) Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado. Condição fixada na 2.ª Adenda ao Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 23/DRA/2009:

-Instalação licenciada para as operações de gestão de resíduos afetos à Bencom: *“as instalações localizadas na Zona Portuária, freguesia de São Roque, concelho de São Roque do Pico, ilha do Pico.”*, e o operador também utiliza a instalação do Operador de Gestão de Resíduos Varela & C.ª, Lda., para o armazenamento de resíduos sólidos.

Condição fixada no nº 2 da 2.ª Adenda ao Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 23/DRA/2009:

-*“Tipo e quantidade máxima de resíduos objeto das operações de gestão”*, o operador gere maior quantidade do que o licenciado, conforme descrito no ponto 5.1.2;

Condições fixadas nas alíneas abaixo, transcritas do nº 3 da 2.ª Adenda ao Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 23/DRA/2009:

- f. *“Existe um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação”*, não existe painel;
- g. *“Está disponível um sistema de pesagem com báscula, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos”*, não existe báscula;
- j. *“Todas as áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores”*, as áreas de gestão não estão delimitadas por tipologias de resíduos, nem identificadas por tipologia de operação;
- m. *“Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER. Sempre que aplicável e no caso de a armazenagem ter duração superior a um mês, é mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor”*, contentores e tanques não estão identificados por código LER;



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

- o. *“As instalações estão dotadas de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos e de decantadores e separadores de óleos e gorduras. A descarga de águas residuais está devidamente licenciada e a instalação tem disponível uma cópia do alvará”, não tem disponível na instalação cópia da licença de descarga de águas residuais.*
- c) A não implementação de um plano de controlo de roedores, o que viola o disposto no artigo nº 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, conjugado com a Portaria n.º 32/2015, de 13 de março, retificada pela Declaração n.º 4/2015, de 17 de março, configurando assim a prática de uma contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11º do referido Decreto Legislativo Regional.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

### Indicações transmitidas:

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Por se tratar de um Operador de Gestão de Resíduos, envio do relatório à Direção Regional do Ambiente para conhecimento.